

No Brasil e no exterior, os estudos de infância nos últimos trinta anos propuseram novas perspectivas para abordar a presença das crianças, entretecidas no tecido social.

Perceber a criança como objeto de estudo diz respeito a apreender a construção de um campo de estudos que é polifônico, polissêmico e também controverso.

A despeito das polifonias e das polissemas é possível reconhecer que os estudos de infância cresceram quantitativa e qualitativamente à medida que reconheceram a importância estratégica de se abordar crianças em si mesmas, entre si e em perspectiva relacional, ou seja, em relação a sujeitos, espaços e tempos, tomando-as como sujeitos também.

O mesmo vale para a infância, cujo adensamento em termos de pesquisas coincide com o abandono das perspectivas que priorizavam as representações das fases e que reduziam a experiência de ser criança simplesmente ao preparo para responsabilidades posteriores.

Nos domínios dos estudos de infância há que se reservar espaço privilegiado aos “desenhos de crianças”.

O desenho está diretamente relacionado ao direito da criança a expressar-se. Isso diz respeito a reconhecer e respeitar o que lhe é próprio, singular e que infelizmente inúmeras vezes é substituído pelo modelo para pintar.

Defender direitos das crianças não se reduz a construir instituições para que sejam acolhidas e escolarizadas. Significa também vigiar para que essas instituições, mesmo aquelas que mais são identificadas com a criança, não se tornem reféns de seus conteúdos e, assim, reduzam o direito à expressão da criança ao preparo para performances mais elaboradas.

Desenhos de crianças têm valor em si mesmo.

Respeitá-los, preservá-los, estimular sua difusão e exposição são medidas que podem acrescentar não somente mais respeito aos direitos fundamentais da criança, mas, sem dúvida, mais rigor e densidade aos estudos de infância.

Marcos Cezar de Freitas - Campus Guarulhos (EFLCH/Unifesp)